

I N F O R M E

CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia • 1ª Região do Rio de Janeiro • nº 48 • Abril • 1993

Última chance: estatais a preços módicos

O Programa Nacional de Desestatização ameaça dismantelar o que resta do Estado brasileiro. Sob o argumento da inevitável internacionalização dos mercados, pretende-se estilhaçar empresas com presença marcante no exterior, comprometendo o desenvolvimento futuro do País. Nesta edição, uma análise da privatização nos principais setores da economia brasileira.

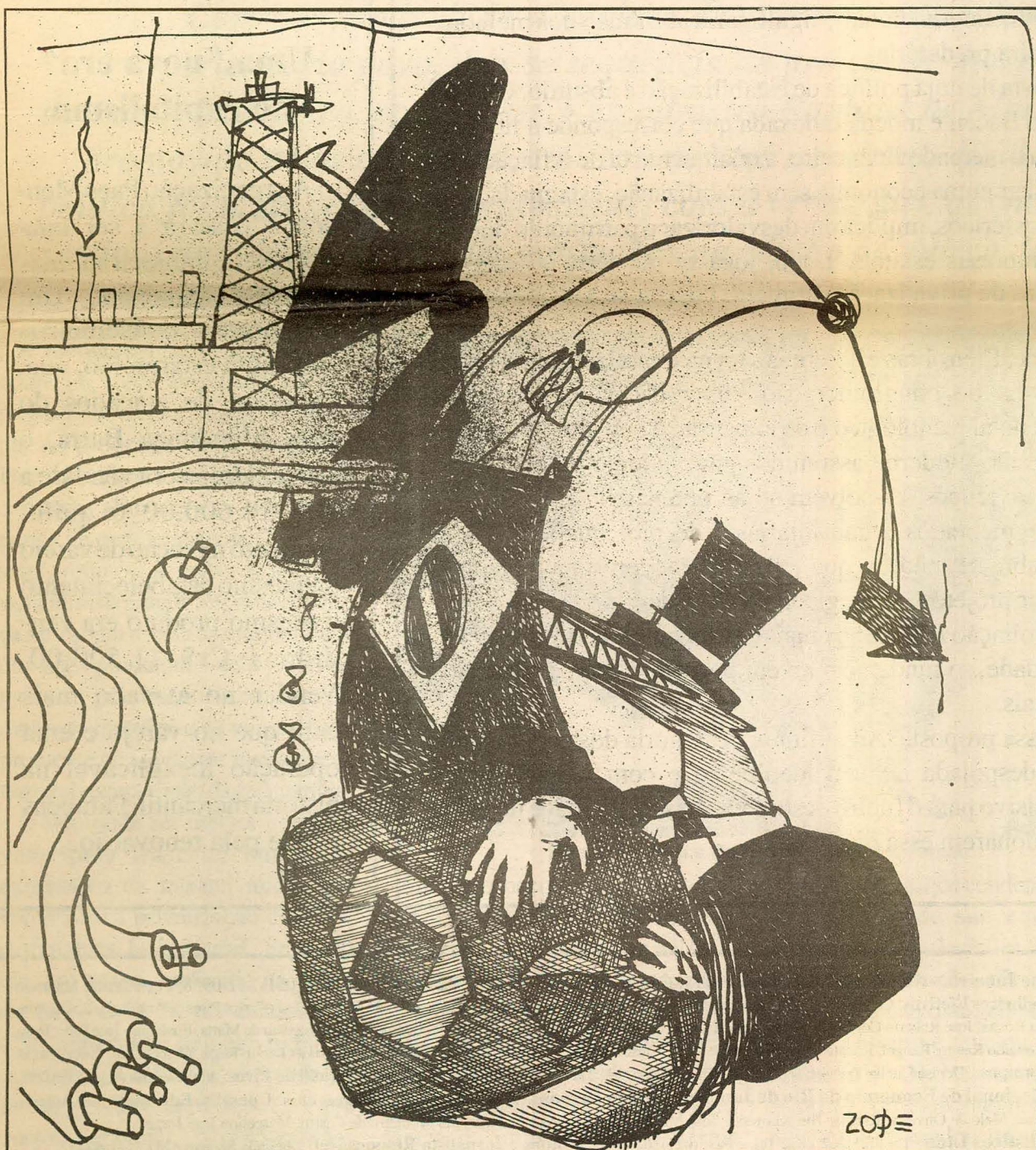
Páginas 3 a 9

**A inocuidade
do pacote
de Itamar**

Página 11

**Em debate:
projetos de
longo prazo**

Página 12



Independente do clima de escândalo que cercou a recente privatização da CSN, é fundamental que os economistas se interroguem sobre a pretensa providencialidade do processo de privatizações, que, em alguns discursos, chega a ser considerado a panacéia universal.

Estudo recente mostrou que a siderurgia estatal gerou, de 1983 até agora, um endividamento da união da ordem de US\$ 17,3 bilhões. Essa cifra consolida aporte de capital, operações de saneamento de empresas siderúrgicas e as novas dívidas assumidas quando da dissolução da Siderbrás, em 1990. Somadas as privatizações realizadas com o previsível das siderúrgicas por privatizar (Cosipa e Açominas), chega-se a uma previsão otimista de US\$ 4,9 bilhões. Como dado positivo adicional, pode-se apenas registrar a melhoria patrimonial do BNDES. Assim sendo, a dívida fundada da União com o processo de privatização completo da siderurgia será de US\$ 12,4 bilhões.

Causa espécie a proposta do ministro da Fazenda de acelerar e generalizar a privatização de estatais com o desmembramento das filiais, dos grupos Petrobrás, Vale do Rio Doce, Eletrobrás e Telebrás e aceitar como moeda títulos de dívida externa deriváveis do acordo ora em negociação com os credores internacionais.

As entidades dos economistas do RJ sabem que as chamadas moedas podres são dívidas de longo prazo que não têm imposto imediato significativo na execução de caixa do Tesouro. A sugestão de converter dívida externa pelo valor de face, quando se sabe que 80% dos bancos credores estão indicando a opção por títulos ao par de 30 anos com juros inferiores a 4% a.a. (dando origem a uma espécie de moeda podre internacional), significaria abrir mão dos melhores ativos federais para uma operação financeira predatória.

O programa proposto do ponto de vista de uma política de estabilização é absurdo. Os US\$ 20 bilhões de dívida pública da carteira do Bacen e moeda indexada que corresponde à liquidez das empresas, mantida a forma como opera o mercado financeiro, a qualquer taxa de inflação essa dívida seria reposta. Por outro lado, privatizar numa economia sem estabilização, estagnada, com uma inflação gigantesca e juros reais estratosféricos, implica em desvalorizar o patrimônio líquido e as perspectivas de rentabilidade das empresas estatais. Logo, joga-se por terra o valor do patrimônio público. Nas experiências sérias de privatização, primeiro buscou-se a estabilização da moeda.

Os grupos Petrobrás, Vale do Rio Doce, Eletrobrás e Telebrás são, na organização industrial brasileira, aqueles que apresentam níveis de conglomeração, diversificação, sinergia e representatividade internacional. Têm potencial tecnológico e de expansão e constituem agentes capazes de decisões de investimento e gestão moderna assumidos em conjunto e com visões estratégicas de futuro. Esquartejados esses grupos, dissolvem-se as potencialidades, ficando como resíduo o poder de monopólios segmentados e subsidiários de pior qualidade, sem comprador. Esquartejados esses grupos, abre-se mão do que existe de moderno na economia brasileira com a potencialidade de articular projetos estratégicos para o país.

O rumo que se pretende dar a essa espoliação ficou ainda mais definido no pacote anunciado pelo governo - com medidas que, na realidade, se fundamentam em pura retórica -, que prevê a aceleração do processo de venda das estatais.

O que se espera é o repúdio tenaz a essa proposta. Advertimos a categoria dos economistas sobre a necessidade de uma discussão despojada do véu ideológico e com o máximo de profissionalismo a respeito de um tema decisivo para o futuro deste país. A dramaticidade do curto prazo não autoriza os economistas a abandonarem essa discussão.

Unificação das nossas entidades

Dentro da proposta de integrar a atuação das três entidades dos economistas do Rio de Janeiro, o CORECON comunica que o IERJ também está funcionando nas dependências do Conselho. Assim, os interessados em obter informações sobre cursos ou outras atividades do Instituto poderão se dirigir à Av. Rio Branco, nº109/19º andar, Tel.: (021) 224-0578.

Uma "nova era" no capitalismo

A organização Paes Mendonça passará a ser uma referência mundial na história do capitalismo. Um dos nossos conselheiros constatou estarrecido, que, na seção de atacados do Paes Mendonça Barra, o açúcar União era vendido a Cr\$ 14.600,00 o quilo, enquanto na seção de varejo do mesmo estabelecimento o mesmo produto era vendido a Cr\$ 11.500,00. Vender no atacado mais caro que no varejo é uma operação inexplicável na história mercantil. Parabéns à rede pela renovação...

CORECON/ Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/ 19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054 - 900. Tel.: (021) 224-0578. Fax.: (021) 221-0958. **Presidente:** Maurício Buzanovsky. **Vice-Presidente:** Luiz Antonio Rodrigues Elias. **Conselheiros Efetivos:** Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa, Luis Otávio de Figueiredo Façanha, Luis Carlos Pires de Araújo, Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Ignácio de Mourão Rangel, Sidney Pascouto da Rocha, José Roberto Correia Soeiro. **Conselheiros Suplentes:** Eduardo Luiz de Mendonça, Renato Augusto da Matta, Eustáquio José Reis, Rosa Maria Porcaro, José Carlos Negri Periard, Alexandre Baptista Freire, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira, Carlos Aguiar de Medeiros. **Secretaria Executiva:** Duvit Regis Kirschbaum. **Secretaria de Fiscalização:** Luiz Sérgio Ribeiro. **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-833. **Biblioteca Eginardo Pires:** bibliotecária Ângela Peixoto. **INFORME CORECON / Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Diretor Responsável:** Luiz Antonio Rodrigues Elias. **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge.

Coordenação e Edição: Frilas Serviços Jornalísticos Ltda -Tel (021)262-2832 Tel. e Fax: (021)262-7076. **Editora e Jornalista Responsável:** Deolinda Saraiva (MT -14109).

Diagramação e Editoração Eletrônica: Luiz Bello. **Fotografia:** Wânia Corredo. **Ilustração:** Zope. **Fotolito e Impressão:** Gráfica Tipológica. **Tiragem:** 20.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal.

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

O Estado na hora da xepa

Traçar o destino do patrimônio das estatais brasileiras tem sido um privilégio de poucas pessoas, discutido na calada dos gabinetes governamentais. Desde o ano passado, o alijamento dos segmentos mais representativos de diversos setores do país, do processo de decisão no programa de privatização, vem sendo denunciado, com pouca ou nenhuma repercussão na mídia. Um exemplo do esforço de barrar a venda em leilão de estatais altamente rentáveis, por preços que configuram verdadeira doação, foi feito pelo Modecon - Movimento em Defesa da Economia Nacional -, que congrega cerca de 200 entidades representativas da sociedade civil, no documento enviado a todos os deputados federais e senadores, em outubro de 1992.

Com a cumplicidade silenciosa de quem deveria zelar pelo patrimônio que pertence ao povo, deu-se sequência ao projeto de moer de vez o que restou do estado brasileiro, como disse o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães, em debate promovido pelas entidades dos economistas no último dia 4 de abril. O reflexo dessa política foi mais sentido recentemente, com a venda da Companhia Siderúrgica Nacional, cujas irregularidades foram mostradas na edição de março do INFORME CORECON.

A montagem da venda da CSN começou a ser articulada no ano passado, quando a estatal foi incluída no programa de privatização. Para viabilizar a desestatização da empresa, alimentou-se uma campanha de depreciação da CSN e de seus produtos. A partir de junho, o noticiário da grande imprensa começa a propagar a idéia da má qualidade dos aços produzidos pela CSN, de uma não-penetração da empresa no mercado mundial e da necessidade premente de alavancar investimentos para recuperação da companhia.

O fato pode ser melhor comprovado pela frase de um nome expressivo da mesma mídia que incentivou a privatização da CSN, o jornalista Luís Nassif. Segundo ele, em artigo publicado na Folha de São Paulo, "a privatização da CSN constitui-se, de longe, na maior operação de lobby já realizada no Brasil pós-democratização (...), que custou, por baixo, US\$ 545 milhões ao patrimônio público".



Lessa, Raphael e Conceição durante o debate

Após um pacote econômico que agradou a diversos setores do empresariado justamente por não mudar quase nada, Itamar Franco mostra que o açodamento que já vinha sendo registrado na gestão Collor será ainda mais acelerado. Um indicador desse processo é a discordância do próprio vice-presidente da Comissão de Desestatização, João

Agripino Maia, que condenou a não-participação de sua equipe em nenhuma das decisões recentes sobre a privatização, afirmou que a venda de estatais não gerará recursos para o Tesouro e revelou que nem mesmo o BNDES tem condições de informar corretamente sobre quanto o governo arrecadou até agora com a venda de estatais.

Ao dedicar esta edição a alguns dos aspectos negativos do PND, o INFORME CORECON e as entidades que representa - Sindicato dos Economistas do RJ, CORECON e IERJ - querem demonstrar que esse é um tema vital no embate político atual e que as correntes neo-liberais vão concentrar violentamente seu esforço no sentido de diminuir ainda mais a capacidade do Estado de interferir no chamado jogo de mercado. Nos tópicos relatados a seguir, estão incluídas as discussões promovidas pelas entidades ao longo do mês de abril, em ocasiões diversas, reunindo especialistas como o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães, além de representantes da categoria dos economistas, como a professora Maria da Conceição Tavares - professora do IEI/UFRJ e do IE/Unicamp -, o professor José Márcio Camargo, da PUC, e o ex-presidente do CORECON, professor Carlos Lessa, entre outros.

Estabilizar primeiro; privatizar depois.

Um dos rumos mais prejudiciais no processo de desestatização em curso atualmente no País é a proposta do ministro da Fazenda de acelerar e generalizar as privatizações de estatais por desmembramento de filiais e aceitar conversão da dívida externa que está sendo negociada, com propósito de diminuição da carga financeira sobre o Tesouro.

Do ponto de vista patrimonial, o saneamento e venda individual de empresas estatais tem implicado em aumento dos passivos do Tesouro Nacional, no lugar de propiciar recursos líquidos que melhorem a situação financeira da União. O caso da indústria siderúrgica é, nesse particular, exemplar. O saneamento financeiro das siderúrgicas e a extinção da Siderbrás implicaram em gastos para o Tesouro da ordem de US\$ 17,3 bilhões. Com valores bastante otimistas, o que se pode prever com a privatização total da siderurgia é uma receita de US\$ 4,9 bilhões. Mesmo levando em conta a melhoria patrimonial do BNDES (de difícil estimativa), o resultado financeiro global para a União deixa muito a desejar.

As chamadas "moedas podres" são, em sua grande maioria, dívidas de longo prazo que não têm impacto imediato na execução de caixa do Tesouro Nacional. Quanto à idéia de converter dívida externa pelo valor de face, com o atual processo de renegociação em curso, significaria aceitar como moeda de pagamento títulos que, na sua maioria, só vencerão em 30 anos, com juros pactuados inferiores a 4% a.a..

Mesmo para o setor elétrico, que está fortemente endividado no exterior, é uma operação de resultados financeiros globais muito duvidosos. Nos casos das filiais da Vale do Rio Doce, Petrobrás e Telebrás, seria uma alienação do patrimônio público em condições totalmente injustificáveis e mesmo predatórias.

Outro inconveniente é que, do ponto de vista de uma política de estabilização fiscal, o programa é totalmente absurdo. É totalmente impraticável, portanto, pretender utilizar uma eventual receita líquida da futura privatização para abater dívida mobiliária interna, explicitamente, no caso, os cerca de US\$ 20 bilhões da carteira do Banco Central. É espantoso que não se tenha ainda claro que toda essa quantia é moeda indexada, correspondente à liquidez das empresas.

Tem sido reconhecido por vários especialistas que o cálculo do valor do patrimônio líquido e da rentabilidade futura, que determinam o valor de mercado, é negativamente afetado quando as economias se encontram em estagnação, com inflações gigantescas e altas taxas de juros reais, de tal modo que as operações realizadas nas condições existentes atualmente no país não podem deixar de apresentar resultados, tanto financeiros quanto patrimoniais desastrosos.

Por isso, eles têm tido capacidade de tomar recursos no mercado financeiro interno e externo e articular investimentos, mesmo na situação crítica em que se encontram a economia e o Estado brasileiros. Assim, a proposta em curso de desmembramento renuncia às potencialidades dos complexos e fica apenas com o ônus do monopólio isolado e possivelmente com os piores passivos e a pior rentabilidade.

Estado versus Siderurgia

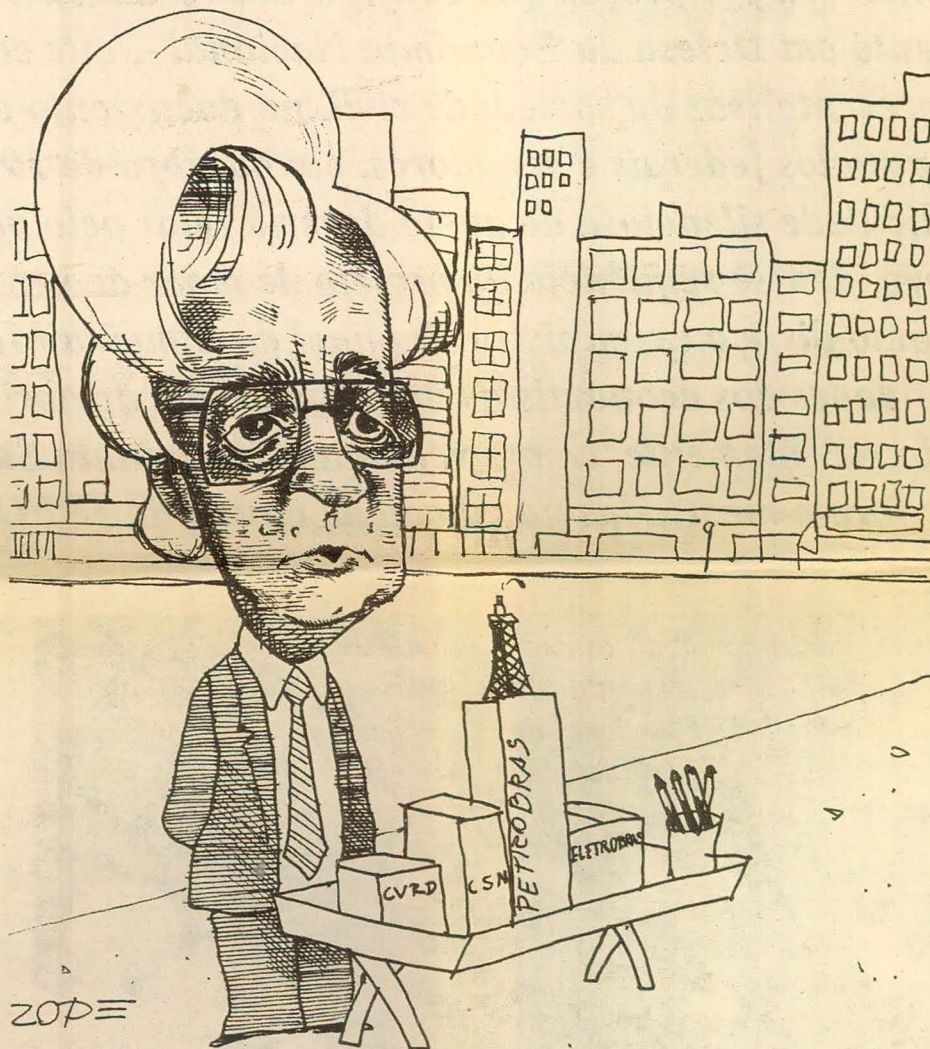
Ao contrário do que se quer fazer crer no Brasil, à exceção de Alemanha, EUA e Japão, o setor público tem aumentado sua participação na atividade siderúrgica, dado seu caráter estratégico de função propulsora em segmentos específicos, como mineração, transporte e indústria de transformação de bens de consumo.

Mesmo com a onda neo-liberal levantada pelo "reaganismo" e pelo "thatcherismo", não ocorreram, em nível mundial, mudanças significativas no setor siderúrgico, a começar pela própria Inglaterra, onde o Tesouro Real detém 33% da composição acionária da British Steel, contra 27% de ações pertencentes a capitais estrangeiros.

Na França, o Estado investiu US\$ 16 bilhões na fusão da Usinor e da Sacilor sob sua égide, criando assim a segunda maior siderúrgica do mundo, atrás apenas da Nippon Steel, e responsabilizando-se por 97% da produção nacional francesa.

Áustria, Finlândia, Grécia e Turquia mantêm a hegemonia estatal no setor siderúrgico e, na Itália e Espanha, os grandes conjuntos siderúrgicos estatais não foram atingidos pelos programas de desestatização.

Quanto aos chamados "tigres asiáticos", cujo exemplo tem sido tão reiteradamente evocado pelos arautos do "neo-liberalismo tupiniquim", o que se verifica é que a Coreia do Sul mantém sob controle



Em todos os programas antiinflacionários de sucesso, a estabilização da moeda foi obtida por meios os mais diversos, que incluíram política de controle de preços e salários, ajustes fiscais, âncoras cambiais, pactos políticos de solidariedade ou intervenção brusca do Estado, quando esses não eram factíveis. Só depois foi possível proceder a políticas de privatização e reestruturação das empresas estatais, assim mesmo com mecanismos que diferem por país e tipo de empresa.

No que concerne à privatização via estilhaçamento dos três complexos - Petrobrás, Telebrás e Vale do Rio Doce -, as objeções são de natureza sistêmica e estratégica. Eles são os que possuem maior grau de conglomeração, sinergia e representatividade em termos de organização industrial. O seu potencial tecnológico e de expansão só é realizável quando as decisões de investimento, mercado e gestão moderna forem tomadas em conjunto e com visão de futuro, como acontece nos grandes conglomerados multinacionais.

do Estado a Pohang Iron Steel Industry, terceira maior siderúrgica do mundo; Formosa mantém a China Steel sob comando estatal; e Filipinas, Tailândia e Indonésia implantaram suas indústrias siderúrgicas em moldes idênticos. Esses fatos desmoralizam os argumentos dos que afirmam que o controle estatal da siderurgia contraria as tendências modernizadoras prevalentes no Primeiro Mundo e revelam que estamos diante de um experimentalismo imaturo, que pode, inclusive, comprometer o crescimento econômico do Brasil nas próximas décadas.

O enfoque neo-liberal de redução das funções do Estado, hoje fortemente trabalhado pelos setores que formam a opinião pública do país, se integra em um conjunto estratégico de preposições que tomam como base a necessidade de melhorar sua eficiência através de sua contração. Essa proposta passa pela venda do patrimônio acumulado de suas empresas. E o *marketing* desse argumento é que a privatização é fundamental para liberar recursos, a fim de que o governo possa cumprir suas funções essenciais de saúde, educação e investimentos sociais.

Essa mistificação grosseira justifica, na verdade, um favorecimento sem limites para determinados grupos privados e resulta na perda de um instrumento importante de saída da crise financeira do Estado brasileiro. O programa de privatização em curso não contempla a modernização do parque industrial do país, não tem compromissos com o futuro e, no final, vai resultar no desmonte do Estado alimentado pela defesa da internacionalização inevitável dos mercados.

Em um dos debates promovidos pelas entidades dos economistas do Rio de Janeiro, Lessa dissecou a matéria-prima que alimenta as teses de desregulamentação. Segundo ele, o capital especulativo defende, em escala mundial, a liberdade para a movimentação de mercadorias, capitais e técnicas, encampando o

slogan "Abaixo o Estado Nacional". Simultaneamente, é cada vez mais bloqueador da liberdade de deslocamento de populações e força de trabalho, como mostram a onda direitista na França e a ressurgimento do movimento nazista na Alemanha.

Na prática, essas teses defendem a internacionalização da coordenação das forças produtivas, mas abandonam, ao âmbito da Nação, a solução dos problemas sociais, que não é, nem interessa ser, nacionalizada. Assim, cabe ao Estado atender, dentro desse cenário, à necessidade de promover o desenvolvimento das forças produtivas concomitantemente à resolução dos graves problemas sociais do país.

O que no passado era o sonho da

industrialização, a defesa de um Estado que fosse capaz de promover o desenvolvimento das forças produtivas, é hoje um discurso obsoleto, o do nacionalismo, porque não consegue, como vislumbra Lessa, conseguir adesão popular. "Por que o sujeito da periferia irá embarcar no discurso do desenvolvimento social? Não consigo ver passeata do povo para que a Petrobrás volte a investir bilhões de dólares, para que se estenda a rede de energia elétrica ao interior", prossegue ele.

Para Lessa, o problema intelectual e político de quem quer encontrar caminhos para a retomada do desenvolvimento do país é definir projetos para o Estado que levem ao desenvolvimento das forças produtivas na direção da justiça social. "Se não

conseguirmos formular isso, a bandeira nacionalista envelhecerá em nossas mãos", sintetiza.

Essa é a meta das entidades que congregam os economistas, ao tentar furar o bloqueio que se estendeu em torno do mito da necessidade inadiável da privatização das estatais brasileiras sob o argumento da premência de inserção do país no desenvolvimento econômico internacional. O que se pretende é mobilizar, como têm feito as entidades do economistas do Rio de Janeiro, as diversas representações da sociedade civil para discutir e apresentar propostas que suplantem os debates estritamente ideológicos, a fim de reverter o percurso perverso que tem sido desenvolvido pelo programa de privatização.

Estudo da PUC-RJ revela: privatizações futuras renderão menos de US\$ 20 bilhões

Com o intuito de estimar quanto será arrecadado pelo Programa Nacional de Privatização, a professora Marina Figueira de Mello, do Departamento de Economia da PUC-RJ, está realizando um trabalho de avaliação do patrimônio do governo em empresas estatais do setor não-financeiro. O levantamento vem sendo realizado com base no cadastro da SEST - Secretaria de Controles de Empresas Estatais - do ano de 1988, que inclui todas as empresas estatais sob o controle do governo federal. Até o momento, os resultados obtidos mostram que é de US\$ 26 bilhões a participação do governo federal no patri-

mônio líquido das estatais, dos quais US\$ 23 bilhões referem-se a empresas organizadas dentro de grupos empresariais e US\$ 3 bilhões a empresas típicas do governo, subordinadas a ministérios e a participações da ELETROBRÁS em concessionárias estaduais de energia elétrica.

No período transcorrido entre as vendas da USIMINAS e da POLIOLEFINAS, o governo federal arrecadou um total de US\$ 4,177 bilhões, o que representa 1,4 vezes a sua participação no patrimônio líquido das empresas envolvidas - estimado em US\$ 3,058 bilhões. Entretanto, como as receitas dessas vendas eram constituídas

basicamente por títulos da dívida pública, cujo preço no mercado secundário não chega a alcançar 50% de seu valor "de face", pode-se dizer que o governo arrecadou aproximadamente 70% de seu patrimônio líquido. E, com base nessa experiência, pode-se estimar o valor da arrecadação futura do programa de privatização em US\$ 18,2 bilhões.

O trabalho da professora Marina Figueira de Mello vai prosseguir. A meta agora é estimar os resultados alcançados na fase do programa de privatização que antecedeu o governo Collor, quando o controle de 38 empresas foi transferido para o setor privado.

A desestatização da P

Amilcar Pereira da Silva
José Clemente

Desde o anúncio do Programa de Desestatização, no início do Governo Collor, e a partir daí de forma permanente e insistente, temos elaborado e divulgado estudos, informes, relatórios e pareceres demonstrando o enorme equívoco desse programa e o seu caráter fortemente desestruturador no caso do setor petroquímico.

A indústria petroquímica nasceu como consequência da consolidação da indústria de petróleo, que colocou disponíveis excedentes de nafta, gásóleo, gás natural e gás residual de refinaria.

Na indústria química, travou-se intensa luta entre a indústria de petróleo, detentora da matéria prima, que via neste segmento a oportunidade para sua expansão e fortalecimento, e a tradicional indústria química, que buscava a sua sobrevivência, apoiada em sua tecnologia superior.

Nessa luta inconclusa, resultou que a empresa petrolífera de hoje se integra à petroquímica, não havendo uma única grande empresa de petróleo no mundo que não possua o seu braço petroquímico.

A indústria química tradicional, para sua sobrevivência, procurou integrar-se *upstream*, construindo grandes instalações de craqueamento de nafta e outras correntes petrolíferas, adquirindo acervos de refinação de petróleo e também associando-se em *joint ventures* com a indústria petrolífera. Outro movimento da tradicional indústria química foi integrar-se *downstream*, investindo na química fina, na biotecnologia e na indústria de especialidades plásticas. A primeira lógica da petroquímica é ter a participação, cada vez maior, da indústria de petróleo.

Outra lógica é caracterizada pela integração de atividades industriais. Uma grande empresa petroquímica como a Shell não tem limites para sua atuação. Fabrica produtos básicos e intermediários, todos os termoplásticos de importância, borrachas sintéticas, tensoativos - inclusive suas matérias primas -, defensivos agrícolas, etc. Essa integração prosseguirá, desde que determinado segmento reforce sua economia global.

Mais recentemente, a acirrada competição internacional trouxe a globalização como diretriz das empresas petroquímicas internacionais. A estratégia de mercado passou a ser planejada sem fronteira para sua atuação, tanto no comércio como na produção.

No plano industrial petrolífero, em contraposição à atuação das grandes empresas (as "Sete Irmãs"), surgiu em vários países, mesmo do Primeiro Mundo, a indústria estatal de petróleo. Países como França, Itália, Inglaterra, Espanha, México, Áustria, Noruega, Finlândia e Turquia reconheceram o poder colossal das empresas petrolíferas e a necessidade do Estado estar presente em segmento industrial com tal poder estratégico, pois o domínio completo das "Sete Irmãs" poderia trazer perigosa dependência energética e de matérias-primas.

Foram criadas, então, as empresas estatais de petróleo, que se tornaram instrumentos eficazes no desenvolvimento industrial das diversas nações, em particular viabilizando o florescimento do setor petroquímico a elas vinculado.

Não é por outra razão que todos os países, hegemônicos ou emergentes, consideram a petroquímica um setor estratégico, especialmente pelos efeitos dinâmicos que propicia na economia. O seu desenvolvimento "empurra" a indústria de manufaturados plásticos, borrachas, a indústria têxtil e de detergentes, a indústria de fertilizantes e defensivos agrícolas, etc. De outro lado, o seu desenvolvimento "puxa" a indústria de bens de capital e os serviços de engenharia, da construção civil, etc.

Resulta daí a interferência do Estado no destino da petroquímica, sempre que surjam fatores capazes de inviabilizar ou perturbar o seu desenvolvimento. Exemplo marcante de intervenção estatal na petroquímica foi a estatização da RHÔNE POULENC na França, em 1982, e a reestruturação que o Estado promoveu na petroquímica italiana, na década de 80, incorporando a SIR e a LIQUICQUIMICA na estatal ENICHEM, com o objetivo de salvar os empreendimentos realizados por essas empresas na Itália meridional.

Por último, releva notar que a forte competição e a busca de poder sobre os concorrentes induzem à necessidade de altos dispêndios com o desenvolvimento tecnológico. Esses gastos ascendem frequentemente a 4% do faturamento anual e, não raras vezes, a 8%, sendo essa mais uma lógica setorial.

Não é por acaso, senão política absolutamente acertada, que a CVRD atua empresarialmente em minério de ferro,

transporte ferroviário e marítimo, instalações portuárias, pesquisa mineral, celulose, ouro, alumínio. Confiná-la à exploração de minério de ferro (*commodity* que oferece baixas margens, com oferta mundial superabundante) poderia significar golpe mortal em sua perspectiva de expansão. Levado o argumento ao limite, não seria lógico retirar do BNDES a sua atividade de participação acionária?

Ora, desejar que a PETROBRÁS se retire do setor petroquímico, sob a alegação de que deve restringir-se à atividade petrolífera, contraria toda a lógica descrita. Significaria limitar seus horizontes à ação desse importante *locus* de acumulação na economia brasileira.

O processo de desestatização da petroquímica, levado a efeito açodadamente contra a lógica setorial, provocou efeitos colaterais não triviais. Dos leilões concluídos, de três controladoras e cinco coligadas da PETROQUISA, do total de 37 empresas, serão destinados à PETROQUISA recursos (até hoje não transferidos) no valor de US\$ 976,3 milhões, dos quais apenas US\$ 2.325,53 (sic) em cruzeiros e cruzados novos, como demonstra o quadro.

Os trabalhos de avaliação dos consultores contratados pelo BNDES nunca foram mostrados à PETROQUISA e a seus acionistas, a despeito de reiteradas solicitações nesse sentido.

A PETROQUISA teve a oportunidade de encaminhar propostas de revisão dos valores apurados nos casos da POLISUL e da PPH. Ambas foram rejeitadas, através de correspondências, pelo Presidente da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização.

A polêmica em torno da privatização da estatal levou as empresas ALCALIS, CBE, COPESUL, NITRIFLEX, PETROFLEX, POLISUL e PPH a entrar em com ações na Justiça, contestando a legitimidade dos leilões.

Em decorrência das alienações de suas participações acionárias no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, a PETROQUISA terá de saldar, em cruzeiros, incidências tributárias que hoje somam o equivalente a US\$ 1,2 bilhão, o que colocará em risco a própria continuidade das atividades da Companhia, acarretará um efeito negativo extremamente elevado no balanço e no fluxo de caixa da PETROQUISA e da PETROBRÁS e

Moedas recebidas nos leilões PETROFLEX - COPESUL - ALCALIS		
Tipo	Quantidade	
CP	607.568.060	1
DVR	6.628.473	
OFND	408.986.870	
SIBR	404.896	
TDA	1.334.165	
MDFA	49.815.437	
JUST	3.394.967	
CPV	70.061.209	
SOTV	1.322.289	
SUMA	1.618.278	
PORT	72.405	
NUCL	392.126	
DCEX	335.129	
CEF	606.092	
CRZ	4.187.320	
NCZ	1.888.831	
Financiamentos	-	
TOTAIS	-	3
DESCRIÇÃO		
CEF		Let
CP		
CPV		C
CRZ		
DCEX		
DVR		Dé
JUST		J
MDFA		
NCZ		
NUCL		
OFND		O
PORT		
SIBR		
SOTV		S
SUMA		
TDA		

Petroquímica Brasileira

lho - Engenheiro Químico
veira - Economista

e privatização das empresas: NITRIFLEX - POLISUL - PPH - CBE	
Valor em Cr\$	Valor em US\$
642.975.124,33	376.199.657,04
747.176.864,86	159.730.112,45
830.093.482,82	103.312.320,86
998.610.952,01	80.549.332,85
1010.097.111,73	75.540.010,00
1226.908.845,47	31.692.245,21
1591.377.559,94	30.357.965,07
169.696.290,77	27.102.080,01
165.930.446,63	21.478.067,84
187.241.294,39	14.173.405,68
1956.201.829,53	12.345.453,85
227.204.403,35	8.392.224,59
241.731.371,14	2.936.453,07
213.702.174,43	2.646.089,32
2187.319,87	1.602,62
2888.830,72	722,91
2085.388.630,38	29.871.352,27
2900.412.537,37	976.329.095,63
AS MOEDAS	
Hipotecárias da Caixa Econômica Federal	
Certificados de Privatização (CETIP)	
Certificados de Privatização (Banco Central)	
Cruzeiros	
Créditos de IPI a favor de exportadores	
Débitos vencidos renegociados da SIDERBRÁS	
Débitos da União reclamadas judicialmente	
Créditos da dívida externa	
Cruzados Novos	
Débitos vencidos da NUCLEBRÁS	
Débitos do Fdo. Nac. de Desenvolvimento	
Débitos vencidos da PORTOBRÁS	
Débitos Vencidos da SIDERBRÁS	
Débitos vencidos da PORTOBRÁS/SOTAVE	
Débitos vencidos da SUNAMAM	
Títulos da Dívida Agrária	

resultará em questionamentos por parte de seus acionistas minoritários.

Na legislação vigente, o titular de moedas de privatização de alienações de participações acionárias terá de empregá-las, após a quitação de suas dívidas com o setor público, na aquisição de títulos da dívida pública de longo prazo, cuja regulamentação foi atribuída ao Ministério da Fazenda, através do Departamento do Tesouro Nacional. Até agora, não houve regulamentação, o que vem acarretando:

a) indefinições de critérios para a contabilização das moedas de privatização, fazendo com que as empresas alienantes (algumas de capital aberto, como a PETROQUISA) sejam impossibilitadas de divulgar, com a precisão requerida, aos seus acionistas e ao mercado as repercussões patrimoniais de suas alienações;

b) a falta de perspectiva com relação à remuneração daqueles títulos como fator de geração de recursos a serem administrados com o fim de consolidar o setor no seu próximo crescimento, em bases de maior eficiência e produtividade;

c) a probabilidade de constituição de uma provisão para ajuste, a valor de mercado, das moedas de privatização (segundo orientação da CVM, sujeita a confirmação formal) o que redundará num prejuízo contábil para as duas empresas, estimado, em julho de 1992, em US\$ 448 milhões.

As administrações da PETROBRÁS e da PETROQUISA, ao darem cumprimento às determinações da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, nos ditames da Lei 8.031/90, vêm dando curso aos atos administrativos necessários a alienações de participações acionárias da PETROQUISA. Ocorre que, em tais alienações, a PETROQUISA vem realizando um prejuízo imediato pela suspensão do recebimento de dividendos dessas sociedades e arcando com um prejuízo potencial derivado de incidência fiscal, além das perdas decorrentes da indisponibilidade das moedas de privatização.

Por outro lado, as disposições constantes da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) relativamente à responsabilidade dos administradores (artigos 153 e 245) expõem esses administradores da PETROBRÁS e da PETROQUISA a um conflito latente quanto ao interesse prevalente: se o dos acionistas minoritários da sociedade ou o do Programa Nacional de Desestatização?

A esse respeito, já existem na Justiça ações de questionamento que deixam os administradores da PETROBRÁS e da PETROQUISA em posição extremamente desconfortável e vulnerável quanto às suas responsabilidades nos processos de desestatização.

Ficaram claras as razões que justificam a permanência do Sistema PETROBRÁS/PETROQUISA no setor petroquímico brasileiro, na qualidade de acionista expressivo, em parceria com empresários nacionais fortalecidos, sem desprezar a contribuição que se espera da empresa multinacional.

Ressalte-se que, enquanto no resto do mundo promoveram-se importantes reestruturações setoriais, intensificadas nos anos 70 e 80 e nos primeiros anos da década corrente - que tiveram o objetivo de realizar ajustes nas empresas e grupos empresariais para conferir-lhes maior eficiência, maior padrão de competitividade e agilidade na realização de negócios -, no Brasil não foram praticados movimentos semelhantes.

Os ajustes observados na petroquímica internacional, que continuam na sua trajetória, compreendem fusões, incorporações, cisões, *take over*, desativação de unidades produtivas antieconômicas, *joint ventures* e toda a sorte de reposicionamento empresarial e acionário. Não raro também se observa a incorporação de novas técnicas, novos padrões de gestão da produção e novos padrões de custos.

No Brasil, ao contrário, o setor permanece em situação singular, reproduzindo modelo que vem de mais de duas décadas. Essa é a verdadeira questão, não enfrentada pelo governo e tampouco pelos grupos empresariais privados envolvidos no setor, que apenas se preocupam em realizar bons negócios no curto prazo.

Em consequência, nossa indústria petroquímica acentuou suas fragilidades em anos recentes; não incorporou forças capazes de resistir às vantagens competitivas presentes na grande empresa química internacional, e isso constitui sério risco.

Essa fragilidade resulta, basicamente, do pequeno porte empresarial observado no setor petroquímico brasileiro, em contraste com o grande porte das empresas químicas/petroquímicas internacionais. A escala internacional verificada

na grande maioria das unidades produtivas nacionais, em geral dotadas de tecnologia atualizada e de instalações com baixa idade operacional média (o que, em princípio, seria suficiente para proporcionar condições de competir) resulta totalmente neutralizada pelo pequeno porte das empresas que, além do mais, são submetidas a custos de externalidades não observados na petroquímica internacional de vanguarda.

Demais, o pequeno porte - como sabido e comprovado - não torna viável neste setor a manutenção da atividade de P & D em nível satisfatório, ou seja, que lance perspectiva de produzir inovações. E isso torna ainda mais restritos os horizontes de crescimento das empresas.

De outro lado, em petroquímica o pequeno porte constitui sinônimo de ausência de integração produtiva, falta de economias de escopo, o que contraria a lógica da empresa química bem sucedida. Numa palavra, no Brasil, quando os negócios relativos a um produto ou subsegmento revelam resultados negativos ou insatisfatórios, toda a empresa ingressa em processo de dificuldades; na grande empresa química internacional, resultados negativos ou insatisfatórios num produto ou sub-segmento podem ser compensados por bons resultados em outros.

Finalmente, a grande empresa química, especialmente no ramo petroquímico, mantém fortes vínculos com o fornecedor de matérias-primas principais (nafta, gásóleo, gás natural), ou também atua empresarialmente nessa área, diretamente ou por acordos ou *joint ventures*.

A petroquímica brasileira, ao invés de ter seu portfólio fragmentado pela desestatização, está merecendo um aumento substancial no porte das empresas, tornando-as conglomerados de grandes dimensões e razoavelmente diversificados. Só assim será capaz de enfrentar o *dumping estrutural* praticado naturalmente pelas grandes corporações químicas que acumulam, de tempos em tempos, fantásticos excedentes de capacidade produtiva. A desestatização, por isso mesmo, não torna mais eficientes as empresas brasileiras, não lhes confere vantagens competitivas, não lhes proporciona condições de investir em pesquisa e desenvolvimento. Enfim, descumpra a lógica setorial observada na petroquímica internacional de vanguarda.

Do discurso ideológico à formulação de um modelo para as telecomunicações brasileiras

Luiz Ricardo Nimbrates (*)

O tema da desregulamentação e privatização das nossas telecomunicações vai entrando no seu segundo estágio de discussão, que se abre com a divulgação das linhas básicas do plano de retomada do desenvolvimento do atual governo, com uma nova visão do papel das empresas estatais no contexto macroeconômico.

Durante o governo anterior, essa delicada questão foi abordada de forma irresponsável, impregnada pelo discurso ideológico "neo-liberal", inadequadamente traduzido e aplicado para as condições brasileiras. Sob a égide do Programa Federal de Desregulamentação e a retórica de: "fortalecer a iniciativa privada...reduzir a interferência do Estado na vida dos cidadãos...aumentar a eficácia e reduzir custos dos serviços públicos...reger a atividade econômica pelas regras de livre mercado... limitar a interferência da administração pública ao que dispõe a Constituição...", iniciou-se uma reforma regulamentar, que resultou num violento atropelo aos dispositivos constitucionais e acabou sendo embargada pelas forças políticas dos diferentes setores da sociedade.

A tentativa de reforma sob o manto do enfoque "neo-liberal" começou a ser construída, antes mesmo da revisão constitucional, através do Decreto nº 97.057/88 que regulamentou o Código Nacional de Telecomunicações (Lei nº 4.117/62) e ampliou o escopo dos serviços limitados, evoluindo com a emissão posterior do Decreto nº 177 de 17/07/91 e uma série de portarias ministeriais, contestadas juridicamente por inconstitucionalidade.

No estágio atual que se abre, a discussão se dará segundo uma visão mais equilibrada do papel do Estado na economia, retomando-se uma

tônica desenvolvimentista, desta feita fortemente marcada pela prioridade dada aos problemas sociais. A urgência em capitalizar o Estado para os investimentos sociais, diminuição da dívida pública e seus efeitos inflacionários, tende a aprofundar o processo de privatização e/ou a venda de ações das empresas estatais, à semelhança do que ocorreu no México. A falta, no entanto, de um diagnóstico mais profundo a nível setorial, impossibilita ainda a configuração de uma política industrial para o país que assegure a retomada de seu desenvolvimento econômico sustentado de longo prazo. Por esta razão, a discussão sobre a privatização do setor de telecomunicações deve passar rapidamente para o seu terceiro estágio, no qual estará inserida dentro do contexto de um modelo de desenvolvimento setorial, concebido de forma articulada com a proposta de nova política industrial para o país, cujos fundamentos sairão do projeto "Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira" (FINEP, IEI/UFRJ, Universidade de Campinas, etc.).

Ao se formular um novo modelo para as telecomunicações brasileiras dentro desse contexto mais ampliado, não poderemos desconsiderar a importância estratégica do processo de construção da "nova infra-estrutura de telecomunicações" no país, integrada à rede semelhante que se constrói a nível mundial. Essa nova infra-estrutura pode ser entendida como uma rede digital de alta capacidade, especializada para transportar o crescente fluxo de informações que configuram o mercado global. Neste mercado estará ocorrendo a competição entre os países pelo novo valor adicionado produzido pelo crescimento da economia mundial, a partir da

consolidação gradativa de um novo padrão de industrialização a nível mundial, impulsionado pela difusão das tecnologias da informação.

Comparando os modelos institucionais utilizados pelos diferentes países para orientar o processo de construção dessa nova infra-estrutura, verifica-se a existência de uma enorme assimetria entre estes, explicada especialmente pelos padrões de intervenção do Estado na formulação das políticas industriais (explícitas ou não), produzindo trajetórias tecnológicas absolutamente distintas para a evolução dessa infra-estrutura e efeitos econômicos e sociais totalmente diferenciados.

No estágio atual de construção dessas redes, já é possível identificar duas trajetórias principais, que resultam num padrão de rede "integrado" pela via européia e japonesa e num padrão de rede "fragmentado" pela via norte-americana. O estudo detalhado desses modelos e a avaliação dos efeitos dessas diferentes trajetórias da "nova infra-estrutura de telecomunicações" em cada país torna-se de fundamental importância para a formulação do nosso próprio modelo, que considere as características bastante específicas do nosso contexto econômico e social. Certamente não podemos cometer os equívocos dos nossos vizinhos latino-americanos que, pressionados pela dívida externa e envolvidos pelo discurso ideológico, precipitaram-se no processo de privatização de suas telecomunicações, adotando modelos sugeridos pelos organismos internacionais não adequados às suas realidades.

(*) Mestre em Economia Industrial e da Tecnologia pelo IEI/UFRJ.



A Privatização e o setor elétrico

Adilson de Oliveira(*)

O governo anunciou, para os próximos dias, o deslanche de uma nova política econômica que pretende combater a inflação e relançar o crescimento econômico. A privatização de Furnas, entre outros ativos estatais, é apontada como peça importante da nova política. Os recursos financeiros arrecadados com a venda desses ativos seriam utilizados para amortizar parte da dívida do governo, pretendendo-se com isso desafogar o *front* monetário da batalha pela estabilização. Pressionado no campo econômico pela escalada inflacionária e no campo político pelo lançamento prematuro da campanha presidencial, o governo parece determinado a tomar a iniciativa, ainda que esta comporte riscos, tanto políticos quanto econômicos, muito elevados.

Não há que ter ilusões: **a venda de ativos do setor elétrico far-se-á a preços vis.** Os níveis tarifários atuais são baixos e as taxas de juros são elevadas. Estes dois fatores reduzem drasticamente o fluxo de caixa descontado das empresas de eletricidade, e este é quem define o valor de mercado dessas empresas. O custo de reposição de todo o parque gerador brasileiro soma 112 bilhões de dólares, estando o seu valor contábil (antes da reavaliação de ativos) avaliado em cerca de 40 bilhões de dólares. Contudo, o valor de mercado desses ativos, nas condições tarifárias vigentes em meados do ano passado, não ultrapassava US\$ 8 bilhões. A redução tarifária dos últimos meses sugere que a receita da venda de **todo** o parque gerador brasileiro nas condições atuais será ainda menor. Portanto, a venda de Furnas deverá oferecer modesta contribuição para a redução do estoque da dívida do governo. Além disso, é preciso ter presente que, caso esta venda se processe em grande parte contra títulos de longo prazo do governo (como se pré-anuncia), o seu efeito a curto prazo será praticamente negligenciável.

Nestas condições, o custo político desta transação para o governo será elevado. De fato, creio que será muito difícil convencer a opinião pública de que não existe favorecimento

político (visando o enriquecimento fácil de alguns) na venda de Furnas, **por mais limpo e correto que venha a ser o processo.** A enorme disparidade entre o valor de mercado da empresa nas condições atuais e seu custo de reposição oferecerá munição pesada aos inimigos do governo.

Alternativamente o governo poderia promover uma sensível e rápida elevação nas tarifas elétricas, como foi feito pelo governo Thatcher na Inglaterra, antes de dar início ao processo de privatização do setor elétrico, com o objetivo de aumentar o valor de mercado dos ativos de Furnas. A difícil situação macroeconômica, contudo, reduz a viabilidade política desta alternativa. O governo estaria assim diante de um impasse: é preciso retomar os investimentos no setor elétrico para poder relançar o crescimento, porém, a crise das contas públicas limita a margem de manobra das empresas do setor, essencialmente estatais. Este impasse vem provocando a progressiva deterioração dos serviços do setor elétrico, ressurgindo o espectro de cortes no abastecimento, cujos custos para todos os setores da sociedade serão elevadíssimos.

Creio que a solução para este impasse não está na manutenção do *status quo*, tampouco na venda impensada de seus ativos. O setor elétrico vem passando por reformas na maioria dos países do mundo, visando ajustá-lo ao novo contexto geopolítico, econômico e tecnológico que emergiu nos últimos 20 anos. Em alguns poucos casos, estas reformas têm sido radicais, contemplando a privatização da maior parte dos ativos setoriais (Inglaterra e Argentina); na grande maioria dos casos, entretanto, as reformas têm sido limitadas, matizando-se a presença do Estado com a abertura de espaço para o capital privado. As condições específicas do mercado elétrico têm determinado os caminhos da reforma; em todos, porém, tem-se tomado extremo cuidado para não desarticular a coordenação do sistema (a única exceção parece ser a Argentina). A perda de eficiência

resultante de uma explosão do setor elétrico em diversas geradoras concorrendo entre si seria tamanha que mesmo o governo Thatcher resolveu dividir o parque gerador da CEGB em apenas duas grandes empresas ao privatizar o setor elétrico inglês. (O desinteresse demonstrado pelos investidores privados nas centrais nucleares acabou obrigando o governo inglês a criar uma terceira empresa geradora congregando essas centrais).

No caso brasileiro, o parque gerador é essencialmente composto de usinas hidrelétricas que necessitam ser operadas coordenadamente para aumentar a energia firme do sistema. Este conta ainda com significativo potencial de energia secundária que, se convenientemente articulado com um parque de centrais térmicas, permitiria reduzir de forma substancial o consumo de combustíveis dessas centrais. Nestas condições, a expansão do parque gerador brasileiro poderia se fazer com centrais de baixo custo de investimento (centrais térmicas) e baixo custo de combustível (dado que durante boa parte do tempo a energia secundária do sistema hidrelétrico substituiria a geração do parque térmico).

É fundamental distinguir os dois problemas centrais enfrentados pelo setor elétrico brasileiro: o financiamento da sua expansão e a sua eficiência econômica. Apesar de intimamente vinculados, estes problemas são de natureza distinta e devem ser equacionados concomitantemente. Não se deve resolver a questão do financiamento em detrimento da eficiência econômica setorial. O setor elétrico alimenta todo o aparelho produtivo, repassando para a economia sua eficiência (ou ineficiência!). Os impactos de uma reforma equivocada se farão sentir por décadas, ficando comprometida a competitividade sistêmica da economia brasileira. Não é por outra razão que o Banco Mundial em sua mais recente diretiva sugere que a reforma do setor elétrico nos países em desenvolvimento deve tardar pelo menos 10 anos e condena toda tentativa de acelerar esse processo.

As condições do mercado elétrico brasileiro oferecem oportunidade excepcional para uma reforma setorial que permita a acomodação da participação privada na expansão do abastecimento do mercado e, ao mesmo tempo, melhore sua eficiência econômica. A disponibilidade de gás natural a preços relativamente baixos, os significativos ganhos de eficiência térmica nas centrais de ciclo combinado e o contexto de taxas de juros elevadas têm provocado uma profunda inflexão no comportamento tecnológico do setor elétrico. As usinas térmicas, devido ao seu curto prazo de maturação de investimentos e baixo custo de capital, aumentaram significativamente sua competitividade econômica, despertando forte atração de capitais privados para a geração termelétrica. Para que o capital privado se motive a investir em termelétricas, é necessário tão somente que o governo estabeleça um nicho de mercado para a geração independente de energia elétrica, fixando claramente as condições de inserção dos geradores independentes nos sistemas interconectados. Uma forma simples de operar este nicho seria fixar a remuneração a ser paga pela capacidade de geração durante os primeiros 10 ou 15 anos de vida da central e determinar uma regra de remuneração para a energia eventualmente gerada, que seria indexada sobre o custo do combustível.

Este caminho permitiria canalizar recursos privados para o setor elétrico, equacionando a questão do financiamento; ele permitiria também aumentar a eficiência do sistema, reduzindo o custo da expansão (as usinas de ciclo combinado têm custo de investimento que não ultrapassa os 800 dólares/Kw contra os 1500 a 2000 dólares/Kw das usinas hidrelétricas). O coração do sistema (as usinas hidrelétricas e o sistema de transmissão) permaneceria em mãos estatais, garantindo a coordenação tanto da operação quanto do programa de expansão.

(*) professor do IEI/UFRJ

Um coquetel explosivo

Reforma institucional em todos os níveis misturada com inflação de 30% ao mês pode ser um coquetel explosivo para a sociedade brasileira. Esta é a conclusão da mesa de conjuntura realizada no dia 24 de março, na Faculdade Cândido Mendes, reunindo o professor daquela instituição, Wanderley Guilherme dos Santos, e o economista e professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC), Luis Roberto Cunha.

Não conheço história institucional de nenhuma democracia estável contemporânea que tenha enfrentado simultaneamente todos estes problemas: discussão sobre forma e sistema de governo, reforma eleitoral e partidária, reforma da representação dos estados da federação no parlamento e revisão constitucional. As grandes reformas políticas e institucionais ocorreram por derrota em guerra externa, no caso do Japão, por exemplo; em virtude de uma revolução interna, como em Cuba, Nigéria e Portugal; ou no caso das instituições estarem visivelmente em desagregação, como a Quarta República Francesa. Nenhuma classe política européia foi insana a ponto de por em discussão todas as instituições que organizam a vida política de um país, com as instituições funcionando. Só a nossa classe política fez esta ousadia", afirmou Wanderley Guilherme dos Santos.

O professor da Cândido Mendes disse que é preciso que se tome consciência da magnitude e da complexidade da conjuntura brasileira para que se possa achar a saída do labirinto. As discussões travadas sobre os sistemas eleitoral e partidário têm como objetivo, a seu ver, a exclusão dos pequenos partidos e, conseqüentemente, das minorias, pois esta é a característica do voto distrital majoritário que vem sendo defendido como substituto para o atual voto proporcional.

"É um absurdo dizer que um número grande de partidos representa um problema. No Brasil, hoje, existem 17 partidos. A Dinamarca tem 18 e a Suécia, 14. O número de legendas partidárias não é o mesmo número de partidos efetivos, ou seja, aqueles que têm capacidade de alterar o curso de uma decisão no parlamento. A importância do voto majoritário para a obtenção de uma maioria no parlamento é uma balela. Em qualquer sistema, só quem tem maioria governa. O que acontece no

parlamentarismo com voto majoritário e no parlamentarismo ou presidencialismo com voto proporcional é que o modo pelo qual se forja a maioria é diferente. Com o voto proporcional, que é o da maioria dos regimes parlamentaristas contemporâneos, a maioria se forma por coalizão. Com o voto majoritário, que é o caso da Inglaterra, Nova Zelândia e Austrália, a maioria sai diretamente das urnas, como artefato, como criação artificial do sistema eleitoral, pois a maioria formada na Câmara não corresponde à expressão da opinião do eleitorado", afirmou o professor.

As últimas eleições na Inglaterra, segundo Wanderley, mostram como este sistema transforma minorias em maiorias. Nestas eleições, o Partido Conservador teve 42% do eleitorado e 53% das cadeiras no parlamento, enquanto o Partido Liberal, que teve 17% dos votos, só obteve 2% das cadeiras. "É evidente que se forma a maioria, mas ela se forma pela via do artefato, da perversão eleitoral", destacou o professor defendendo o regime presidencialista, que, a seu ver, permite maior participação popular.

Wanderley Guilherme dos Santos questiona a importância da preocupação dos parlamentaristas com a questão da governabilidade. "Eu não sou político, não estou aqui para refrescar a vida dos políticos. Nós não estamos no poder e não estaremos, a maioria de nós nunca sairá candidato. Temos que ter um sistema que facilite o controle do governo. Eu prefiro a concepção de democracia que organiza o poder dando mais chances a quem não está, nem quer estar no poder, mas que quer ter seus direitos e liberdades individuais assegurados. Esta concepção está embutida no presidencialismo", afirmou.

O parlamentarismo surgiu, segundo Wanderley, como alternativa para as monarquias absolutas que, "tendo visto o que aconteceu na França em 1789, inverteram o provérbio e preferiram abrir mão dos dedos do poder para reter os

anéis e o status da riqueza". A seu ver, o nascimento do parlamentarismo "foi um ato de má fé política, um ato para preservar a riqueza e o status".

Wanderley chama a atenção para o fato de que a grande quantidade de questões discutidas acaba gerando absurdos como uma das propostas de revisão constitucional. "Uns interpretam que a revisão deve se limitar ao que for contraditório ao resultado o plebiscito. Outros defendem que pode-se alterar qualquer coisa. Este Congresso viraria um Congresso Constituinte, sem que tenha sido eleito para isso", destacou.

A proposta de resolver em dois ou três anos um conjunto de questões que as democracias contemporâneas levaram um século para resolver pode gerar, na sua opinião, aberrações descoladas da realidade. "As instituições humanas sobrevivem por adaptações sucessivas à mudança da ecologia econômica, social e política. Por isto o cuidado das democracias contemporâneas em irem experimentando formas novas aos poucos, e vendo os resultados reais, não os que estão nos livros, nos manuais ou na cabeça dos utopistas", avaliou.

Luis Roberto Cunha analisou a conjuntura econômica e, mesmo defendendo a mudança de sistema de governo, concordou com Wanderley que a agenda de discussões políticas é extremamente volumosa, principalmente considerando-se a urgência de um enfrentamento decisivo à espiral inflacionária com uma política econômica definitiva, negociada com os diversos segmentos sociais.

A única alternativa vista pelo economista está no famoso pacto social, já tentado diversas vezes sem sucesso em governos anteriores. A seu ver, o que a Espanha e o México construíram é um exemplo para o Brasil. "Nestes países, o acordo na sociedade passou por um processo de liderança muito intenso. Acho que um dos elementos que se perdeu aqui nestas sucessivas mudanças foi a

experiência das câmaras setoriais. Elas são muito visadas por uma experiência defeituosa, a da indústria automobilística. Mas se você tivesse isto expandido para vários setores com a participação efetiva dos trabalhadores, junto com empresários e governo, seria possível ajustar para baixo o processo de inflação. A idéia é usar a dinâmica dos preços relativos num processo descendente, ao contrário do que ocorre hoje", argumentou.

Cunha analisou que o maior problema da atualidade é a constante reformulação da política econômica, o número excessivo de planos milagrosos, vindos de cima, que geram uma anarquia em termos de regulamentação e criam, como contrapartida, sistemas de defesa por parte dos agentes econômicos. "Nenhuma outra economia enfrentou uma situação como esta. Ninguém sabe mais qual é a inflação. Em janeiro, o Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos) calculou 33% e o índice mais baixo dos calculados pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) deu 25,8%. Uma diferença - 8,5% - que equivale à inflação anual do país com a taxa mais alta de inflação do Primeiro Mundo: Portugal. A inflação aqui tem um forte componente inercial. Para alterar este quadro, é preciso que haja um consenso na sociedade, principalmente entre os agentes formadores de preços", afirmou.

O professor da PUC comparou estes agentes a "viciados que aprenderam a conviver com o vício" e mostrou-se pessimista com relação a mudanças efetivas no governo Itamar Franco: "A saída após um novo plano mal sucedido pode ser um processo de aceleração muito rápida, ao contrário deste período de relativa estabilidade. Junto com um quadro de mudanças políticas que terão de ser negociadas e discutidas nestes próximos 12 meses, 24 meses, seguramente teremos aí os componentes de um coquetel explosivo".

Metas sociais de Itamar são mais modestas que as de Sarney

Um Plano Cuja Meta é 1994

Edson Nunes

O programa de governo anunciado pelo presidente Itamar Franco frustrou as esperanças daqueles que previam uma definição de rumos eficaz para a política econômica e social do País. A expectativa inicial cedeu lugar à perplexidade, pois o programa se prende muito mais à retórica vazia do que a soluções para os reais problemas brasileiros.

Um dos tópicos mais importantes do projeto, analisado pelo IERJ e CORECON logo após sua divulgação, deveria ser aquele dedicado ao combate à fome e à miséria. Nesse aspecto, a decepção é ainda maior. Itamar não consegue superar, nem mesmo, as metas alcançadas no passado pelo governo José Sarney, em investimentos para programas sociais.

O programa atual pretende investir, este ano, US\$ 105 milhões na compra e distribuição de alimentos à população carente. Sarney aplicava US\$ 100 milhões por mês, meta que Itamar prevê atingir somente em 1985. Além disso, o governo desprezou a prática universal de distribuição de cupons, em vez da entrega do produto "in natura".

Durante o governo Sarney, uma pesquisa revelou que o custo de gerenciamento e distribuição de produtos significa 40% do valor final do benefício. Essa perda é consequência de danos aos produtos em transporte, perecimento em estocagens e corrupção. O sistema de distribuição de cupons, utilizado por europeus e norte-americanos, tem um custo estimado em 2% do valor do benefício e uma perda de 4% a 5% no que é considerado desvio de finalidade - utilização do cupom para compra de outra mercadoria.

Outro problema a ser enfrentado pelo governo de Itamar é o sistema de distribuição definido do programa, que prevê a entrega do produto em postos de saúde. O padrão de gerenciamento desse sistema já está comprometido antes mesmo de entrar em vigor. Somente na Baixada Fluminense, há hoje 17 postos fechados, consequência do desmantelamento do sistema de saúde. Além disso, como evitar que os alimentos pereçam antes do consumo, se nem mesmo os remédios são entregues à população dentro do prazo de validade?

Como disse a professora Maria da Conceição Tavares, foram alinhavadas metas, sem operacionalização de critérios, com verbas que já estavam alocadas em vários ministérios e que só serão confirmadas se o ajuste fiscal for aprovado. O INFORME CORECON publica, a seguir, artigo do cientista político Edson Nunes, ex-presidente do IBGE, especialista em Economia Política, atual diretor-geral da Data Brasil e diretor de projetos especiais da Faculdade Cândido Mendes.

Excesso de apoio político pode ser uma faca de dois gumes para quem quer governar bem. O que deveria ser um programa de ação econômica, que a sociedade brasileira esperava há meses, revelou-se uma tentativa de agradar a vários pensamentos políticos ao mesmo tempo - um erro fundamental, pelo qual o governo há de pagar por muito tempo. E mostrou que Itamar Franco está com 1994 na cabeça; ele não parece estar preocupado com o presente.

A economia brasileira está estagnada há 13 anos, vivendo uma crise política de proporções gravíssimas, uma situação de pobreza e fome nunca antes conhecida e uma taxa de inflação desconfortável para qualquer governo. Tudo isso, hoje, associado ao excesso de apoio político. Afinal, que praga é essa? Não se governa sem escolher metas e prioridades. Normalmente, um governo democrático escolhe uma coligação mínima o suficiente para ganhar. Se há 16 partidos no poder, todo mundo tem direito a veto, independentemente de seu tamanho. O único governo que não procura desesperadamente excesso de apoio político é aquele que quer exercer de fato um programa de ação econômica.

O programa de Itamar é positivo quando não tenta nenhuma medida mágica. É negativo, porque não se tentou nenhuma medida de fato. O que reflete a dificuldade de governar em consequência da procura de apoio generalizado. O governo diz que elegeu o combate à pobreza como prioridade, como se tivesse mudado a agenda nacional. Na realidade, mudou a retórica. Não se conseguirá resolver o problema da miséria com o uso de políticas compensatórias de curto prazo.

Tem muita gente com fome, mas a agenda para se lutar contra isso é o combate à inflação, o que significa um ajuste fiscal poderoso, impostos progressivos, organização das contas do Estado. Na verdade, não se tentou medida alguma de combate à inflação, além da retórica sobre as altas taxas de juros. É um erro pensar que as altas taxas de juros são, por si mesmas,

responsáveis pela inflação brasileira. O governo tem que continuar lidando com a crise política, a pobreza, a elevada inflação e a estagnação econômica. E precisa dar respostas a essas questões, sem desprezar a evidência de que um dos mais perversos concentradores de renda no país é a inflação.

O que o programa mostra é que o governo vai gastar mais, sem receita adicional. Não se verifica, com clareza, quais as medidas de contenção de despesas nem qual a capacidade de gerar receita adicional. Não basta ao governo ter uma receita do tamanho do gasto que se vai fazer, se não se resolve o problema de fluxo. Isso deixa claro que a meta desse plano é apenas acabar com a imagem da inércia e jogar o jogo político com o ano de 94 na cabeça.

O que parecia uma vantagem inicial para o governo Itamar - o apoio político generalizado - transformou-se num pecado político grave, num quadro propício à paralisia. O fato de a sociedade brasileira ter conseguido afastar um presidente não significa que se tenha de hipotecar imediata e irrestrita solidariedade ao substituto. Ele apresenta um programa, e os partidos apoiam ou não. O que foi apresentado à sociedade não tem nada de inovador e revela uma grande taxa de ingenuidade política, movida por excesso de apoio e pelo fato de mostrar que 1993 já acabou.

1993 começou com a crise de Collor e terminou com o plebiscito. Daqui em diante, tudo se trata de 1994: reforma da Constituição, eleição, leis de patentes, próximo orçamento da União. É muito tempo para se ficar parado. Não se brinca com uma inflação de 30% ao mês. No último ano de Sarney, a inflação passou de 30% para 80% em poucos meses.

É fundamental para o governo um programa partidário, uma coligação partidária mínima, em torno da qual se façam amigos e um monte de inimigos. Isso é política. Esse programa anunciado não faz jus à inteligência que as ciências sociais produziram neste último quarto de século. A sociedade e a economia brasileira há muito tempo passaram do patamar de poderem ser tratadas com ingenuidade.

Economistas retomam discussões de longo prazo

A partir de março, as portas do CORECON voltam a se abrir para debates sobre as questões estratégicas mais relevantes para a economia brasileira, dentro de uma proposta de desenvolvimento de projetos de médio e longo prazo que possam contribuir para a melhoria das condições do País.

Os últimos anos foram marcados pela falta de programas estruturais que definam um novo rumo para o desenvolvimento econômico e social. A própria conjuntura política e econômica gerou uma hipertrofia dos debates sobre questões imediatas com soluções de curto prazo. Essa constatação levou as entidades dos economistas a promover encontros sistemáticos com representantes de diversas instituições, a partir de uma agenda de trabalho dividida por temas específicos.

Foram criados quatro grupos de estudos, dedicados a discutir a questão social, projetos estruturantes, financiamento e conjuntura. Estes quatro grupos são coordenados pela professora Maria da Conceição Tavares - presidente do IERJ e idealizadora da proposta - e pelo professor Carlos Lessa, conselheiro e ex-presidente do CORECON. O projeto não traduz nenhuma pretensão de resolver, isoladamente, todas essas questões, mas pretende reintegrá-las ao centro do debate político e econômico brasileiro.

Para concretizar esse projeto, as entidades dos economistas, desde já, convocam representantes de outras áreas, além da econômica, a contribuir com projetos e proposições que possam enriquecer a agenda de discussões. Com o amadurecimento do trabalho, a idéia é que venham a se formar sub-grupos entre os quatro principais, de acordo com as necessidades futuras.

Os grupos de estudos vêm se reunindo na sede do CORECON, desde o dia 22 de março. A princípio, cada grupo realiza uma reunião por mês, sempre às segundas-feiras, num total de quatro encontros mensais. O primeiro debate foi o da questão social, cujo assunto desenvolvido foi "Pobreza crítica, segurança alimentar, políticas compensatórias e política social de longo prazo".

No dia 29 de março, houve um debate sobre "Inserção internacional, financiamento e projetos estruturantes de desenvolvimento econômico e social". No dia 12 de maio, o tema será "Estado, sociedade e reformas institucionais". Todas as primeiras segundas-feiras do mês serão resguardadas para a avaliação da conjuntura. O próximo encontro dos economistas volta a focar a questão social, no dia três de maio. No dia 26 de abril, os grupos de estudos abriram espaço para a discussão do plano de governo anunciado pelo Presidente Itamar. As conclusões desses encontros serão posteriormente divulgadas.

I N F O R M E
CORECON

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86

